



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde, acerca dos resultados de estudos e exames realizados para investigar as reações adversas apresentadas por 72 crianças em Rio Branco (AC), após receberem dose da vacina anti-HPV”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades, insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Saúde, acerca dos resultados de estudos e exames realizados para investigar as reações adversas apresentadas por 72 crianças em Rio Branco (AC), após receberem dose da vacina anti-HPV, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Onde é fabricada a Vacina contra HPV?
- b) A vacina que produziu efeitos danosos à saúde, diagnosticados em 72 crianças em Rio Branco (AC) apresentou algum problema no lote? Foram feitos testes nesse sentido?
- c) Os problemas apresentados no Acre podem ter sido causados por má conservação durante o transporte do laboratório fabricante até a sala de vacinação?
- d) Em outros países há relatos de efeitos semelhantes aos que ocorreram no Acre. O que o Ministério da Saúde pretende fazer para evitá-los?
- e) No Japão em 2013 houve suspensão da promoção ativa de vacina contra o HPV. Lá a vacinação existe apenas para quem a solicita. O Brasil pretende adotar medida semelhante?
- f) Quais as providências que o Ministério da Saúde pretende adotar, especificamente no caso das crianças acreanas que apresentaram reações adversas?
- g) Quais foram as conclusões dos exames realizados pelas crianças do Acre em São Paulo, por iniciativa do Ministério da Saúde?



JUSTIFICAÇÃO

Entre 30 de maio de 2018 e 31 de julho de 2019, foram registradas 72 notificações de EAPV por vacina HPV4 em Rio Branco, Acre. Dessas, 16 notificações foram consideradas graves, com manifestações convulsivas, além de outras reações, e foram colocadas em acompanhamento por equipe multiprofissional em Rio Branco.

Após mobilização social iniciada pelas mães dessas crianças e que tiveram apoio da comunidade local, imprensa, da Bancada do Acre no Congresso Nacional e outros políticos do Acre com mandato, o Ministério da Saúde firmou Termo de Cooperação Técnica com o Ipq-HCFMUSP para a realização de estudos e exames capazes de esclarecer se as manifestações pós-vacina tem relação direta com a medicação anti-HPV utilizada.

Para São Paulo, o Ministério da Saúde deslocou 12 crianças acreanas e seus acompanhantes, onde foram realizados os estudos e exames disponíveis visando os esclarecimentos pretendidos.

Hoje existe no Acre uma reação forte, que se transformou naturalmente numa campanha negativa à vacinação contra o HPV, por falta de informações conclusivas em relação a essas reações adversas verificadas nesses casos, depois de ministrada a vacina.

A baixa adesão da sociedade às campanhas de vacinação do Ministério da Saúde representa alto risco para imunização contra o HPV, com reflexos para outras doenças que podem facilmente ser evitadas pelas vacinas.

É urgente e necessário que o Ministério da Saúde apresente as conclusões a que chegaram os estudos e exames sobre essa ocorrência e tome as providências necessárias, seja para proteger a sociedade no caso de ter que suspender a promoção ativa de vacina contra o HPV, seja para conscientizar a população por meio de campanha específica para esse caso, mostrando que não existem riscos e que as reações registradas não têm correlação com a vacina.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Senhor Ministro da Saúde que envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC